



Universidade e inclusão: um estudo de caso sobre o acolhimento ao aluno

Universidad e inclusión: un estudio de caso sobre la recepción al alumno

eLocation-id: e0011

DOI <http://dx.doi.org/10.5965/19843178172021e0011>

Mariana Pinkoski Souza

Centro Universitário Metodista

marianapinkoski@gmail.com | [ORCID](#)

Louise Quadros da Silva

Universidade La Salle Canoas

louise.quadrosdasilva@gmail.com | [ORCID](#)

Paulo Fossatti

Universidade La Salle

paulo.fossatti@unilasalle.edu.br | [ORCID](#)

Hildegard Susana Jung

Universidade La Salle

hildegard.jung@unilasalle.edu.br | [ORCID](#)

RESUMO

A diversidade estudantil é uma realidade emergente nos contextos multiculturais e interculturais das universidades na atualidade. Estudantes universitários com especificidades e singularidades ingressam no ambiente educacional em busca de acolhimento, respeito e equidade. A governança universitária engajada nas políticas de inclusão deve arquitetar e amparar o estudante que planeja o ingresso ao mercado de trabalho. Neste sentido, o objetivo deste estudo foi investigar como uma universidade brasileira acolhe o estudante considerado pela sociedade como diferente. Este artigo apresenta o delineamento qualitativo e consiste em um estudo de caso, por meio de questionário online, destinado à coordenação do Núcleo de atendimento ao estudante de uma instituição superior comunitária do Sul do Brasil. Os resultados deste estudo especificam que existe uma legislação que garante a inclusão, ressaltando também a importância de políticas de acolhimento, adaptação dos espaços físicos e profissionais especializados. A cultura da inclusão ainda é um desafio. As instituições de ensino superior



devem estar de portas abertas para todos indivíduos e engajada em programas de acessibilidade, atuante com a comunidade acadêmica, investigando os espaços, as relações e as perspectivas, para modificar e incentivar possíveis ações que beneficiem não somente o acesso ao ensino superior, mas que promova continuamente um universo acolhedor.

Palavras-chave: Educação Superior. Alunos diferentes. Diversidade.

RESUMEN

La diversidad estudiantil es una realidad emergente em los contextos multiculturales e interculturales de las universidades de hoy. Los estudiantes universitarios con especificidades y singularidades ingresan al entorno educativo en busca de acogida, respeto y equidad. El gobierno universitario comprometido con las políticas de inclusión debe diseñar y apoyar al estudiante que planea ingresar al mercado laboral. En este sentido, el objetivo de este estudio fue investigar cómo una universidad brasileña recibe a estudiantes considerados por la sociedad como diferentes. Este documento presenta el diseño cualitativo y consiste en un estudio de caso a través de un cuestionario en línea, diseñado para coordinar el Centro de Atención al Estudiante de un colegio comunitario en el sur de Brasil. Los resultados de este estudio especifican que existe una legislación que garantiza la inclusión, enfatizando también la importancia de las políticas de recepción, adaptación de espacios físicos y profesionales especializados. La cultura de inclusión sigue siendo un desafío. Las instituciones de educación superior deben estar abiertas a todas las personas y participar en programas de inclusión, trabajando con la comunidad académica, investigando espacios, relaciones y perspectivas, para modificar y fomentar posibles acciones que beneficien no solo el acceso a la educación superior, pero continuamente promoviendo un universo acogedor.

Palabras clave: Educación Superior. Alumnos diferentes. Diversidad.

1 INTRODUÇÃO

As instituições de ensino superior no Brasil, concomitante com os avanços sociais e tecnológicos e amparadas pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN) n. 9394 de 1996, especialmente fundamentadas no artigo 58, iniciaram uma política para proporcionar o acesso e permanência de pessoas com deficiências nos cursos superiores, no final do século XX. Dados do último censo do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2010) mostraram que 23,9% da população total do Brasil tem algum tipo de deficiência, visual, auditiva, motora e mental ou intelectual. De acordo com a nota técnica 01/2018, do censo realizado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2018), esse número foi



reajustado representando 6,7% da população brasileira, o que mostra uma real necessidade de inclusão de pessoas com deficiência nas instituições de ensino superior.

Segundo Schneider (2018), índices nacionais apontam para o crescimento nas matrículas de alunos com deficiência no ensino superior de uma forma geral. De acordo com o Censo da Educação Superior (BRASIL, 2016) houve 37.927 matrículas de alunos com deficiência no ensino superior, sendo deste total 22.175 nas Instituições Privadas de Ensino Superior e 15.752 nas Instituições Federais de Ensino Superior. Com a nova demanda de alunos, o governo federal e as instituições iniciaram ações com foco na inclusão, um exemplo é a criação do Programa Incluir vinculado às Secretarias de Ensino Superior (SESu) e Secretaria de Educação Especial (SEESP) do Ministério da Educação (MEC).

Especificamente no Ensino Superior, somente no ano de 2003 foi sancionada a portaria número 3.284, que dispõe sobre os requisitos de acessibilidade de pessoas com deficiência, cujo objetivo é instruir os processos de autorização e de reconhecimento de cursos e de credenciamento de instituições (TOMELIN, 2018). Para Souza (2015), é responsabilidade das universidades reconhecer e atender as necessidades individuais de seus estudantes, adaptando-se aos vários estilos e ritmos de aprendizagem, de modo a garantir uma educação de qualidade para todos por meio de currículos adaptados e adequados, de estratégias pedagógicas, com utilização de recursos específicos e principalmente, com a cooperação de todos os agentes educacionais.

A partir da década de 1990, é nítido que o sistema educacional está legalmente amparado no discurso inclusivo, nos princípios democráticos de igualdade, equidade e diversidade, porém os instrumentos legais isolados não garantem práticas inclusivas nas universidades (TOMELIN, 2018).

A diversidade populacional universitária não se detém somente às pessoas com deficiência, mas a todos os indivíduos que de alguma forma sentem-se diferentes, discriminados ou que precisam de apoio educacional e/ou institucional. Pessoas obesas, de etnias diferentes, religiões diferentes, diferentes opções sexuais



e de identidade de gênero, diferentes raças, pessoas sem diagnóstico definido, pessoas com dificuldade de aprendizado, entre tantas outras.

As universidades devem amparar todos os alunos que ingressam e o estudante considerado pela sociedade como diferente, quer ser reconhecido e entrar no mercado de trabalho, por isso busca uma universidade que cumpra o dever acadêmico e social de equidade. Neste sentido, o objetivo deste estudo foi investigar como uma universidade comunitária brasileira acolhe o estudante considerado pela sociedade como diferente.

Além desta breve introdução, apresentamos a metodologia de pesquisa utilizada e nosso referencial teórico dividido em dois tópicos, a saber: Estudante diferente e o Núcleo de Atendimento ao Estudante (NAE) e a Governança universitária, em seguida, os resultados e discussão e as considerações finais com os principais achados do estudo.

2 METODOLOGIA

Este artigo apresenta o delineamento qualitativo e consiste em um estudo de caso, por meio de questionário online (Google Forms) destinado à coordenação do Núcleo de Atendimento ao Estudante de uma instituição superior comunitária do Sul do Brasil. O questionário online foi aplicado com intuito de identificar as práticas, as percepções e as experiências para enriquecer a pesquisa (CARLOMAGNO, 2018).

A metodologia utilizada é amparada por Bardin (2012, p. 95), onde permite-se que o foco de estudo vá se construindo e ajustando ao longo do processo analisado, a partir de três passos fundamentais: “1) a pré-análise do contexto; 2) a exploração do material que será utilizado; 3) o tratamento de todos resultados, a inferência e a interpretação”. Para Yazan (2016), o estudo de caso pode ser baseado em construções filosóficas sob a ótica da realidade individual humana que permeia em mundos sociais e culturais.



Para a elaboração do referencial teórico, procedemos a uma revisão da literatura disponível nas bases de dados do Google Scholar, SciELO, Banco de Teses e Dissertações Capes e Capes periódicos. A pesquisa bibliográfica de acordo com Gil (2008) é desenvolvida com base em material já elaborado, constituído principalmente de livros e artigos científicos buscando os estudos publicados acerca do tema proposto.

3 DESENVOLVIMENTO

3.1 O Estudante Considerado Diferente pela Sociedade

O estudante considerado diferente pela sociedade é reconhecido como um indivíduo estranho e muitas vezes não aceito. A educação e o seus locais de construção de conhecimento, se instituem na imposição de um saber, de um modo de pensar, de uma estética, de um padrão, de um sujeito epistêmico único, validado como hegemônico. É levado em conta um parâmetro único de medida, de conhecimento, de aprendizagem e de formação. A partir destes parâmetros únicos de medida e da avaliação classificam os diferentes como inferiores, repetentes, fracos e incivilizados no âmbito educacional, analisando o diferente com tolerância na sociedade, remetendo a alguns coletivos, que se encaixam em grupos de diversidade, como as classes populares, os negros, os homossexuais, as pessoas com deficiência, diferentes etnias, entre outros. O que deve ser desconstruído é o exemplo da escola francesa, difundida ao Ocidente como a escola universal, indiferente aos territórios e as origens sociais étnicas e culturais dos alunos e da família, o que dificulta a convivência com as diferenças (ABRAMOWICZ, RODRIGUES, CRUZ, 2011; PELBART, 2010).

Para Deleuze (2009), a inclusão é constituída a partir da diferença de todos, seres singulares, cuja diferenciação se prolifera, se multiplica e é ilimitada, onde a diferença é aceita e respeitada. Diante disto, é possível afirmar que todos os estudantes são diferentes, todos possuem características e personalidades distintas,



porém querem se encaixar em um padrão estabelecido e quando as diferenças são observadas muitas vezes não são aceitas.

Segundo Ziliotto (2018), a Educação Inclusiva teve o seu marco histórico em 1994, com a Declaração de Salamanca, na Espanha, durante a Conferência Mundial de Educação Especial da UNESCO. A Declaração tem como princípio que os alunos diferentes devem estar no ensino regular e defende que todos os estudantes, independentemente da dificuldade de aprendizagem ou deficiência, têm direito à educação inclusiva.

O Brasil afirmou esse compromisso ao se tornar signatário da Declaração de Salamanca e iniciou um diálogo no âmbito pedagógico referente às questões relativas à inclusão e exclusão na educação. Dentre os dados do Censo da Educação Superior (CENSUP), de 2009 a 2015, nota-se que a participação dos alunos com deficiência passou de 0,8% para 1,9% no Ensino Superior, mas a evasão entre esses alunos atinge o índice de 55% (BRASIL, 2016).

A sociedade brasileira cujo sistema preponderante e determinante é o capitalismo e se expressa através das diferentes classes sociais, na qual o lucro é objetivo a ser alcançado, a busca pela inclusão social é uma perspectiva que se insere numa lógica distinta, que originou o atual sistema (MACIEL, 2016). Esta realidade é demonstrada pelo alto número de evasão e baixo percentual de ingresso no Ensino Superior de estudantes com deficiência, já que as demandas capitalistas dificultam a permanência, assim como as possíveis barreiras atitudinais e arquitetônicas, por exemplo. Para Cardoso (2016), o direito à educação preconiza acesso aos direitos constitucionais a todos, sem considerar a classe social dos sujeitos, por isso é necessário que sejam desenvolvidas ações para favorecer melhores condições a alguns grupos considerados excluídos. As políticas sociais englobam as políticas educacionais, uma vez que a educação é uma das áreas que integram as ações previstas por essas políticas. O acesso à educação não garante as reais condições preparatórias para o mercado de trabalho, tendo em vista as características competitivas, as capacidades técnicas, emocionais, sociais e culturais para a subsistência.



Enquanto os desenvolvimentos de políticas de inclusão amenizam os efeitos de algumas fraturas sociais, mantém condições mínimas para que os grupos considerados excluídos permaneçam consumindo. Portanto, o discurso de inclusão é ambíguo e favorece certo apaziguamento social, beneficiando pessoas que necessitam de ações afirmativas e mantendo no poder os que já se encontram em tal posição. Frente a estes dados a universidade deve estar atenta em ações e acolhimento para que todos os alunos sejam bem recepcionados e que consigam concluir os estudos com apoio e fraternidade no âmbito educacional (MACIEL, 2016).

Na visão de Barbosa (2016), são grandes os desafios num mundo cada vez mais multicultural, no entanto, identificamos esse multiculturalismo como real e essencial sustentáculo da integração social e democrática, tendo consciência e respeito pela diversidade, em particular dentro da universidade.

A universidade deve considerar como seu dever a função social no sentido de que os estudantes observados como diferentes deixem de ser representados pelas categorias de ineficiência, de desvio, do atípico e de improdutivo, e a eles sejam assegurados os direitos à equidade de oportunidades no ensino superior. O princípio da educação inclusiva requer das instituições que atendem alunos de acordo com as suas especificidades, levando em conta as trajetórias escolares, as histórias de vida, as dificuldades e os meios de ajuda que podem ser nos Núcleos de apoio ao estudante.

2.2 NAE e a Governança Universitária

O Núcleo de Apoio ao Estudante (NAE) constitui-se como um espaço de acolhimento, orientação e atendimento às demandas dos estudantes da graduação e pós-graduação. Participa na formação acadêmica, no que tange à acessibilidade, dificuldades emocionais e de aprendizagem, a fim de ajudar no desempenho acadêmico dos estudantes (FIALHO, 2017; MELO, ARAÚJO, 2018). As práticas do NAE têm o objetivo de integrar alunos, professores e funcionários para o



reconhecimento das diferenças individuais, acadêmicas e a elaboração de estratégias que promovam a superação das dificuldades que emergem na vida acadêmica. Adaptações arquitetônicas, comunicacionais, instrumentais, metodológicas, dentre outras devem estar em evidência a cada ingresso de estudantes que sinalizam auxílio dentro da universidade e durante toda a trajetória de estudos (FELICETTI, 2018).

O estudo de Fialho (2017) descreve que diferentes profissionais atuam no NAE com intuito de investigar e auxiliar todos os alunos que desejam ingressar na universidade, através de apoio na mobilidade, adaptações de mobiliário, leituras e transcrições de provas, acompanhamento em sala de aula, adaptações de materiais, empréstimos de cadeiras de rodas e tradução e interpretação da Língua Brasileira de Sinais (Libras). O acompanhamento psicológico também é ofertado no NAE quando os alunos solicitam ou quando a equipe acredita ser necessário.

Pires (2016), afirma que a legislação brasileira garante o acesso e as condições de atendimento adequadas às pessoas com deficiência no Ensino superior, destacando-se, entre outras, as exigências da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN), lei nº 9.394 (1996), Portaria nº 3.284 (2003), Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (Brasil, 2008), Decreto nº 7.611 (2011) e a Lei nº 13.146 (2015). Outros marcos são as declarações internacionais como a Declaração Mundial sobre Educação para Todos (JOMTIEN, 1990), a Declaração Mundial sobre a Educação Superior (Unesco, 1998), a Declaração de Dakar (2000) e a Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência (2007).

As instituições de ensino superior possuem o dever de disponibilizar recursos pedagógicos e funcionais, adaptações e estruturas que possibilitem a prestação dos serviços requeridos pelos estudantes com Necessidades de Saúde Especiais (NSE) e considerados diferentes. O MEC, por meio da Secretaria de Educação Superior (SESU) e da Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão (SECADI), criou em 2005 o Programa Incluir, como uma das ações afirmativas no âmbito das Instituições Federais de Ensino Superior (IFES), com o



objetivo de fomentar a criação e a consolidação de núcleos de acessibilidade (PIRES, 2016).

De acordo com Melo (2018), as diretrizes e parâmetros exigidos pelo MEC, principalmente do processo avaliativo externo de cursos e instituições de Ensino Superior, preconizam a existência de políticas de apoio ao docente e discente nas Instituições públicas e privadas. Com o exemplo das universidades federais, as instituições particulares também implementam núcleos de acessibilidade e apoio ao estudante, para auxiliar no que for preciso o processo de inserção e permanência dos alunos considerados diferentes.

Dados do Censo Escolar, divulgados pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas (INEP) de 2017, apontam um crescente número de ingresso de alunos com deficiência entre os anos de 2003 e 2013 com aumento de 600%, passando de 5.078 estudantes para 29.221 em dez anos. O ingresso destes alunos é um avanço no ensino superior, porém é necessário observar que o (a) aluno (a) estar na sala de aula não significa, necessariamente, a participação plena desse estudante no ambiente universitário e o entendimento dos conteúdos propostos. Para tanto, é necessário que a exclusão não seja uma realidade dentro da universidade, com intuito de realizar adaptações, promover cooperação e empatia entre todos (TOMELIN, 2018).

Estudos como os de Sasaki (2018), Fagundes (2016), Couto (2018) e Dewes (2018), discutem que os contextos emergentes da educação superior se constituem também por meio de processos sociais e culturais, como transformações impulsionadas por elementos externos às instituições que repercutem em mudanças internas. A complexidade que as instituições de ensino superior exigem dos gestores, demanda a organização e a construção de estratégias. Pressupõe planejamento para que as decisões tomadas e as ações efetivadas possam ir ao encontro das demandas que emergem do contexto universitário filosófico, social e cultural, construídos historicamente.

Na percepção de Santos (2015), a inclusão é um processo global, que potencializa o investimento em políticas educacionais, a fim de que estas invistam



em espaços inclusivos, no desporto, lazer, inclusão no mercado de trabalho, escolas, universidades, entre outros, é essencial e urgente, para desenvolver o potencial e respeitar as necessidades e diferenças de cada indivíduo.

3 RESULTADOS

3.1 A Questão do Acolhimento

3.1.1 Como o NAE Promove o Acolhimento

Referente ao estudo de caso com a coordenadora do NAE de uma instituição superior comunitária do Sul do Brasil, quando questionada quanto ao acolhimento, ela respondeu que o acolhimento é igual para todos, no entanto acontece de acordo com a sua necessidade desde a inscrição para o vestibular.

No site da instituição existe um campo específico ao efetuar a inscrição, onde a pessoa assinala que possui algum tipo de deficiência. É questionado qual é a deficiência e a equipe do NAE entra em contato com o aluno antes da prova, a partir disso inicia-se um diálogo para verificar o que é necessário para o aluno realizar a prova de vestibular. Um exemplo é o aluno com dislexia que precisa de mais tempo para a prova, cadeirante, autista, entre tantos casos que podem aparecer e todos ficam dispostos para auxiliar.

Uma intérprete de LIBRAS é disponibilizada para alunos surdos, por exemplo, com formação que abrange outras funções para ajudar os indivíduos. A partir disso, o NAE convida o estudante para comparecer até a universidade antes da matrícula e apresentar o seu laudo e o histórico escolar. É realizado um diálogo com a família sobre o processo de inclusão, pois a inclusão é um processo de construção, onde cada indivíduo tem uma necessidade diferente e aprende de formas diferentes, por exemplo, é possível receber um cego que não aprendeu o braile e sim as tecnologias assistivas, por isso a universidade deve proporcionar recursos e propostas diferentes.



3.1.2 Como é Realizado o Acolhimento com as Famílias

Profissionais da psicologia e psicopedagogia atendem o (a) aluno (a) e a família, realizando a escuta, compreendendo as especificidades de todos, diante das demandas trazidas a partir da voz ativa, considerando o lema “Nada sobre nós, sem nós”. Sempre a Coordenação do curso é chamada para apoiar todos os alunos (as) nas atividades, após repassar para o colegiado e auxiliar nas escolhas das disciplinas para a adaptação. Pode-se citar o caso de um aluno com deficiência intelectual que ingressou em 2018, onde a família procurou o NAE desde o início para o apoio ao aluno que desde então realiza psicoterapia e ajuda terapêutica.

O Coordenador indicou duas disciplinas para ele iniciar de forma gradual e os professores também conseguem ajudar, assim ocorrendo a possível progressão acadêmica. Neste processo sempre existiu o acompanhamento interdisciplinar da psicóloga no desenvolvimento individual e a escuta do próprio aluno questionando o andamento das aulas e os sentimentos envolvidos, destacando a relação de confiança e alteridade entre todos os envolvidos, permitindo liberdade e conforto.

3.1.3 Quem a Universidade Acolhe

Além de pessoas com deficiência, o NAE atende diferentes indivíduos que precisam de ajuda, como pessoas vulneráveis e mulheres que sofrem abuso. Para o atendimento das mulheres existe um serviço chamado atendimento psicossocial, que são questões sociais atendidas pela psicóloga, como abuso sexual, entre outros problemas. O NAE está sempre aberto para atender todos os estudantes, independente do que necessitam, com empoderamento, com auxílio na escolha de curso sob orientação profissional com estagiárias da psicologia, com questões emocionais, entre outras questões.

No atendimento aos alunos com deficiência são seguidas todas as políticas de acessibilidade e todos os rigores exigidos pela legislação, mas sempre é



ênfatizado a importância da integralidade do ser humano. Em relação aos imigrantes a universidade proporciona um trabalho ofertado pelo curso de Letras, que são oficinas de Português para imigrantes, com instrumentalização para a comunidade e oportunizar o ingresso para o mercado de trabalho.

Ao questionarmos se existe acolhimento especial para transgêneros, pessoas com deficiência e imigrantes, a coordenadora do NAE respondeu que todos os alunos são apoiados e recebem o auxílio de forma igual. Não existe políticas específicas para os transgêneros, mas há o direito da troca do nome social, quando o aluno comparece para efetuar a matrícula, ou ele já é aluno e quer mudar a situação na universidade, todos amparados pela legislação.

Ocorreu um caso formal, onde o aluno fez a troca do nome social e ocorreu a modificação em sua ficha acadêmica, com o nome de origem e o nome social. Para a troca do nome na chamada, emissão de certificados e diploma deve ser efetuado a troca formalizada em cartório. Questões de bullying são trabalhadas interdisciplinarmente para que todos possam procurar formas de solucionar o ocorrido com uma ata disciplinar, ainda não ocorreu nenhum caso na universidade. A Coordenadora afirma que tem o prazer de atuar em uma instituição engajada e preocupada nas questões da pluralidade, da diversidade, parcerias com os públicos de lésbicas, gays, bissexuais, transexuais ou transgêneros, queer, intersexos, assexuais e diversas possibilidades de orientação sexual e/ou de identidade de gênero (LGBTQI+) e ações contra preconceitos.

Cada estudante é analisado pelo NAE com o intuito de verificar todas as demandas necessárias de acessibilidade, bem como o encaminhamento para profissionais específicos. No momento existem quatro casos de autistas na universidade, os professores sabem de cada diagnóstico e nestes casos não necessitam de ninguém para auxiliar na sala de aula. É possível citar um caso de uma aluna autista na pedagogia que não foi aceita em nenhum estágio extracurricular, pois precisava de materiais diferentes, rejeitavam por preconceito. O NAE em conjunto com a coordenação e a família escolheram escolas que aceitassem a aluna com as suas especificidades.



3.1.4 Ações de Acolhimento na Universidade

Ao questionarmos para a coordenadora do NAE, se existe algum projeto contra o bullying, ela responde que especificamente para o bullying não, mas existe abertura para todos os casos que aparecem e são ofertados a cada semestre o ciclo de palestras do NAE com temas diferentes através da ajuda do curso de psicologia. São promovidas rodas de conversa abordando o bullying, com propostas importantes, como o da Baleia Azul, palestras que envolvem a comunidade, sensibilização para toda a sociedade acadêmica, oficinas com temas diversos como a drogadição, depressão e feminicídio. O aluno, a família, ou o professor alerta o NAE para problemas coletivos e individuais, problemas educacionais ou de ajuda pedagógica, social e psicológica. No site da instituição são abordados temas relevantes e atuais, como a diferença de gênero, preconceito, bullying, entre outros.

4 DISCUSSÃO

Os resultados deste estudo demonstram que a universidade da atualidade deve estar engajada em programas de inclusão, mas principalmente atuante com a comunidade acadêmica, investigando os espaços, as relações e as perspectivas, para modificar e incentivar possíveis ações que beneficiem não somente o acesso ao ensino superior, mas que promova continuamente um universo facilitador.

A inclusão da pessoa com deficiência no ensino superior vem ocorrendo gradativamente, de forma lenta e isso decorre, dentre outros fatores, pela pequena parcela da população ter acesso à educação básica e aos serviços de reabilitação, o que indica sua exclusão dos direitos sociais básicos. Associado às condições socioeconômicas e à própria história de exclusão enraizada, peculiar a educação superior no país, com forte tendência à privatização, ao elitismo, como também ao mito de incapacidade creditado à pessoa com deficiência, não acreditando em



indivíduos que poderiam exercer autonomia pessoal e profissional (DOS SANTOS, 2016; DOS SANTOS 2018; MACIEL, 2019).

Para Ponte (2019), o ingresso no Ensino Superior pode representar um processo de novas relações e desafios, onde muitos estudantes passam a vivenciar uma autonomia da qual nunca viveram. O conhecimento de fatores que interferem na vida acadêmica e iniciativas que buscam compreender as necessidades dos estudantes nos seus aspectos cognitivos, sociais, emocionais e psicológicos, colaboram com ações que favorecem a universidade como ambiente promotor de culturas saudáveis, relações de equidade e diversidade humana.

De acordo com estudos e com a fala da Coordenadora do NAE diante do questionário deste estudo, o núcleo de atendimento ao estudante possui o intuito de entender que o processo de ensino e aprendizagem deverá ocorrer de forma colaborativa envolvendo docentes com as mais variadas formações, coordenação, família, colegas e o próprio aluno. Nesse sentido, a ajuda do NAE deve ser diferenciada e inovadora para todas as pessoas, como os indígenas, quilombolas, transgêneros, com nanismo, obesas, surdas, entre outras, com currículos adaptados, metodologias diferenciadas, recursos didáticos apropriados, procedimentos metodológicos diferenciados e tecnologias (BENITE, 2019).

Para Tomelin (2018) e Benite (2019), o apoio interdisciplinar nos processos universitários, facilita a vivência de todos os alunos com distintas especificidades, pois além das políticas públicas instituídas e que devem ser cumpridas, a sensibilidade do contato com os alunos, geram resultados benéficos e estimulantes.

O maior desafio da Universidade no Século XXI é repensar e recriar a educação voltada para o ensino, a pesquisa e a extensão de toda comunidade, refletindo em toda sociedade. Para isso, é essencial que as iniciativas direcionadas ao conhecimento científico incluam em seu currículo os diálogos com outras culturas e outras etnias, construindo novos saberes (DE SOUZA, FOSSATTI, GUTHS, 2018).

Para De Souza (2015) e Benite (2019), as políticas do Ensino Superior implantadas no Brasil com a denominação de Ações Afirmativas, buscam atender



alunos que se consideram diferentes. Alguns dos dispositivos legais que incidem diretamente nas questões referentes ao acesso e a permanência na Universidade, são por exemplo, o Programa Universidade para Todos (PROUNI, 2005), Fundo de Financiamento ao Estudante do Ensino Superior (FIES, 1998), Universidade Aberta do Brasil (UAB, 2005), Programa de Acessibilidade na Educação Superior (INCLUIR, 2005), Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária (PRONERA, 1998), Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência (PIBID, 2007), Programa de Reestruturação e Expansão do Ensino Superior (REUNI, 2007), entre outros.

A educação faz parte de um processo de transformação social e tem como compromisso a inserção de políticas de ações afirmativas, no intuito de abarcar as desigualdades históricas para que estas disparidades sejam evidenciadas como parte do processo de conhecimento e para equidade no tratamento dos alunos e redemocratização das instituições (ANDRADE, 2016; ARAUJO 2015; BARBORA (2017); DE SOUZA, TIMM, DA CUNHA, 2016; MITTELMEIER, 2018).

Os processos de inserção e posteriormente inclusão de todos os alunos dependem muito do acolhimento da universidade, com ambientes sociais acessíveis, profissionais capacitados e principalmente, pelas relações interpessoais sem preconceito.

Na concepção de Puerta (2017) e Souza (2017), a preocupação do NAE e de toda universidade deve ser na mesma direção para a implementação de programas, palestras e conversas com toda sociedade acadêmica a fim de disseminar a ideia de que o bullying é inadmissível, em respeitar as escolhas de identidade de gênero e que o preconceito com o diferente é ultrapassado e nunca deve ocorrer. O acolhimento do aluno ocorre através das ações citadas, sempre tornando necessária a escuta em todos os momentos, bem como a abertura da universidade para mudanças e novas intervenções.

Para Ricobom (2017) e Abdullah (2018), os processos culturais nos fazem diferentes, devido a pluralidade com a mobilidade nas fronteiras, criando espaços de aproximação cultural e a recusa ao universalismo generalizante que descaracteriza a diversidade. A cultura da tolerância e não do respeito pela compreensão de uma



sociedade heterogênea paralisa os avanços democráticos. Um exemplo positivo é a informação transmitida, pois o conhecimento através de palestras e rodas de conversa desmistificam o desconhecido, trazendo à tona a cultura do respeito. Um exemplo negativo é tornar o diferente “transparente”, com o afastamento dos colegas por não saber como lidar com o aluno com deficiência, o que dificulta muito a convivência acadêmica.

O objetivo do estudo foi considerado com os resultados a partir de estratégias utilizadas por uma universidade comunitária do Sul do Brasil, com um local próprio na universidade para a escuta e para a construção de ações inclusivas. Nesse sentido, a interculturalidade deve ser almejada para uma troca rica entre culturas dentro das universidades, não se resumindo somente à soma de identidades e sim à construção de valores, destacando a pluralidade.

Os desafios para a inclusão perpassam a luta e a resistência diante das identidades, representações e padrões, que precisam ser desconstruídas e fugir da homogeneização. A subjetividade através das diferenças em um contexto pretendido deve ser compreendida no coletivo e individualmente ressaltando as diferenças (BHABHA, 2013). As relações docentes, discentes e administrativas devem estar engajadas na valorização de experiências interculturais, enfatizando o respeito e alteridade com as diferenças, principalmente, nas relações interpessoais de forma humanizada

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O desenvolvimento do tema proposto neste estudo é válido para a sociedade acadêmica, tendo em vista que o acolhimento transforma o percurso de alunos que precisam de atenção e cuidados especiais. A legislação ampara os direitos que promovem o acesso ao ambiente educacional, bem como a acessibilidade, mas observamos a partir das vivências e dos estudos demonstrados neste artigo, que para a inclusão ser efetiva é necessário além de políticas de acolhimento, adaptação



de espaços físicos e principalmente, o engajamento da universidade, da família, dos colegas, de profissionais capacitados e do próprio aluno.

O NAE deve estar sempre em desenvolvimento para auxiliar de diferentes formas todos estudantes, com conversas, atendimento individual, atendimento junto a família, através de palestras, campanhas contra o preconceito e a disseminação de conhecimento e vivências sobre a importância da diversidade e da diferença. Portanto, a universidade acolhe o aluno através do amparo do NAE, com auxílio de profissionais capacitados, efetuando ações que favoreçam a conscientização e propiciando a escuta de todos os alunos em casos individuais e coletivos.

A universidade deve ser um ambiente facilitador, onde haja integração, apoio e incentivo à interculturalidade, acompanhamento, amparo e relações humanizadas. O futuro acadêmico está voltado para a inclusão da diferença como uma necessidade, construindo percursos estudantis saudáveis com perspectivas para a autonomia profissional. Como exemplo, é possível destacar Paulo Freire, quando reflete sobre autonomia, já que não é somente uma condição que se desenvolve a partir do conhecimento, mas é necessária a consciência e ação através do processo histórico (FREIRE, 1976).

As informações extraídas deste trabalho são válidas para a discussão acadêmica atual, pois devemos explicar a necessidade de mais estudos que relacionem o acolhimento da universidade com estudantes diferentes. Concluímos que o apoio institucional é de extrema importância para a vivência estudantil, principalmente, para a permanência e conclusão acadêmica, além do papel primordial na construção e iniciativa de apoio estudantil, na abertura para a interação e voz ativa, na disseminação de conhecimento para a comunidade e a população acadêmica, como também no acolhimento de todos os alunos.

REFERÊNCIAS

ABDULLAH, F. et al. **Social actors in an Intercultural Communication classroom: A discursive lens of intercultural education**. Indonesian JELT, v. 13, n. 1, p. 31-51, 2018.

Disponível em: <http://ojs.atmajaya.ac.id/index.php/ijelt/article/view/1171>. Acesso em: 10 set. 2019.

AMADO, J. **Manual de Investigação Qualitativa em Educação 3ª edição**. Imprensa da Universidade de Coimbra/Coimbra University Press, 2017.

ABRAMOWICZ, A.; RODRIGUES, T.; CRUZ, A. **A diferença e a diversidade na educação. Contemporânea**. Revista de Sociologia da UFSCar. São Carlos, Departamento e Programa de Pós-Graduação em Sociologia da UFSCar, 2011, n. 2. p. 85-97.

ANDRADE, M. S. **International Students in English-speaking universities. Journal of Research in International Education**, v. 5, n. 2, p. 131-154, Aug. 2016. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1413-24782017000300774&script=sci_arttext&tlng=pt. Acesso em: 24 Mar.2019.

ARAUJO, E. R.; SILVA, S. **Temos de fazer um cavalo de troia: elementos para compreender a internacionalização da investigação e do ensino superior**. Revista Brasileira de Educação, Rio de Janeiro, v. 20, n. 60, p. 77-98, 2015. Disponível em: <https://www.redalyc.org/pdf/275/27533496005.pdf>. Acesso em: 22 set. 2019.

BARBOSA, E.; DE MIRANDA, J. A. A.; FOSSATTI, P. O Papel da prática docente na internacionalização do Ensino Superior. *In*: NOSemana Científica da Unilasalle (SEFIC), XII, 2017, Canoas. **Anais...** Canoas: Unilasalle, 2017. Disponível em: <https://anais.unilasalle.edu.br/index.php/sefic2017/article/viewFile/633/571>. Acesso em: junho 2019.

BARBOSA, M. A. C.; MENDONÇA, J. R. C. **O professor-gestor e as políticas institucionais para formação de professores de ensino superior para a gestão universitária**. Revista Economia & Gestão, v. 16, n. 42, p. 61-88, 2016.

BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 2012.

BENITE, R. S. A. et al. **Atendimento ao estudante–recepção, SAPP, NAI e UFGINCLUI**. ItinerariusReflectionis, v. 14, n. 3, p. 01-15, 2018. n. 3, p. 114-135, 2019. Disponível em: <https://www.revistas.ufg.br/rir/article/view/53095>. Acesso em: 12 ago. 2019.

BHABHA, H. K. **Nuevas minorias, nuevos derechos: notas sobre cosmopolitismos vernáculos**. Buenos Aires: Siglo Veintiuno, 2013.

BRASIL. **Cartilha do Censo 2010 – pessoas com deficiência**. 1. ed., 2012. Disponível em: <http://www.unievangelica.edu.br/novo/img/nucleo/cartilha-censo-2010-pessoas-com-deficiencia-reduzido.pdf>. Acesso em: 12 ago. 2019.

BRASIL. **Decreto nº 5626, de 22 de dezembro de 2005a** - Regulamenta a Lei nº 10.436, de 24 de abril de 2002, que dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais - Libras, e o art. 18 da Lei nº 10.098 de 19 de dezembro de 2000. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2005/Decreto/D5626.htm. Acesso em: 12 ago. 2019.

BRASIL. **Decreto nº 7.611, de 17 de novembro de 2011.** Dispõe sobre a educação especial, o atendimento educacional especializado e dá outras providências. Diário Oficial da União, 2011. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2011/Decreto/D7611.htm. Acesso em: 2 ago. 2019.

BRASIL. **Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996.** Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. **Diário Oficial da União**, v. 134, n. 248, 1996. Disponível em: <http://bibliodigital.unijui.edu.br:8080/xmlui/bitstream/handle/123456789/2335/LDB%209.ed..pdf>. Acesso em: 2 ago. 2019.

BRASIL. **Lei nº. 13.146, de 6 de julho de 2015.** Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência. 2015. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/l13146.htm. Acesso em: 12 set. 2019.

BRASIL. Ministério da Educação. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. Diretoria de Estatísticas Educacionais. Coordenação Geral do Censo da Educação Superior. **Censo da Educação Superior**. Brasília-DF. pgs. 3-13. 2016. Disponível em: <http://portal.inep.gov.br/documents/186968/484154/Resumo+T%C3%A9cnico+-+Censo+da+Educa%C3%A7%C3%A3o+Superior+2014/18f31c19-9885-4d1d-ba53-06008b11531e?version=1.0>. Acesso em: 10 ago. 2019.

BRASIL. Ministério da Educação. **Portaria nº 3.284, de 7 de novembro de 2003.** Acessibilidade a pessoas portadoras de deficiências para instruir processos de autorização e de reconhecimento de cursos e de credenciamento de instituições. 2003. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/port3284.pdf>. Acesso em: 5 ago. 2019.

BRASIL. Ministério do Trabalho e Emprego. **Coordenação-Geral de Estatísticas.Sistema**, v. 7, p. 04, 2008. Disponível em: <http://biblioteca.cofen.gov.br/wp-content/uploads/2015/03/Manual-de-Orientacao-da-RAIS-2008.pdf>. Acesso em: 22 ago. 2019.

BRASIL. **Pessoas com deficiências no Brasil**. 2017. Disponível em: <http://www.oabgo.org.br/arquivos/downloads/3244a-cartilha-pessoas-com-deficiencia-sem-marca-de-corte-1491700.pdf>. Acesso em: 23 ago. 2019.

BRASIL. **Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva 2008.** Disponível em: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=16690-politica-nacional-de-educacao-especial-na-perspectiva-da-educacao-inclusiva-05122014&Itemid=30192. Acesso em: 12 ago. 2019.

CARDOSO, L. M. G. **Pessoas com deficiência e inclusão no mercado de trabalho: um estudo sobre lei de cotas, conflitos e cont (r) atos**.UnB. 2016. Disponível em: http://bdtd.ibict.br/vufind/Record/UNB_4d1ab3eaab2fce03110d56ae3c791f27. Acesso em: 10 ago. 2019.

CARLOMAGNO, M. C. **Conduzindo pesquisas com questionários online: Uma Introdução as Questões Metodológicas.** Estudando cultura e comunicação com mídias sociais, p. 31, 2018.

COUTO, R. M. et al. **Governança nas instituições de ensino superior: análise dos mecanismos de governança na Universidade Federal de Santa Catarina à luz do modelo multilevelgovernance.** 2018. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/190695>. Acesso em: 13 ago. 2019.

DELEUZE, G. **Diferença e repetição.** 2. ed. rev e ampl. Rio de Janeiro: Graal, 2009.

DE SOUZA, M. P.; FOSSATTI, P.; GUTHS, H. **O olhar da gestão universitária sobre a inclusão dos professores com deficiência.** In: FOSSATTI, Paulo; JUNG, Hildegard Susana. Investigação em governança universitária: memórias, p. 305-317. Canoas: Editora da Universidade La Salle, 2018. Disponível em: <http://svr-net20.unilasalle.edu.br/handle/11690/1041>. Acesso em: 10 ago. 2019.

DE SOUZA, M. P. **Percepção de professores universitários com deficiência física, deficiência visual ou deficiência auditiva sobre o processo de inclusão na Academia.** 2015. 107 f. Dissertação (Mestrado) – Centro Universitário Metodista – IPA, Porto Alegre, 2015.

DE SOUZA, M. P.; TIMM, E. Z.; DA CUNHA G. N. **Governança universitária e o processo de inclusão de professores universitários com deficiência física, visual ou auditiva.** Educação, Ciência e Cultura, v. 21, n. 2, p. 103-124, 2016. Disponível em: <https://revistas.unilasalle.edu.br/index.php/Educacao/article/view/2236-6377.16.34>. Acesso em: 5 ago. 2019.

DEWES, A.; BOLZAN, D. P. V. **Gestão universitária a partir da narrativa de professores gestores de departamentos didáticos.** Regae- Revista de Gestão e Avaliação Educacional, v. 7, n. 15, p. 39-53, 2018. Disponível em: <https://periodicos.ufsm.br/regae/article/view/30806>. Acesso em: 12 ago. 2019.

DOS SANTOS PAIVA, G. X.; FARIA, J. G.; CHAVEIRO, N. **O ensino de libras nos cursos de formação de professores: desafios e possibilidades.** Revista Sinalizar, v. 3, n. 1, p. 68-80, 2018. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/riae/article/view/30063>. Acesso em: 12 ago. 2019.

DOS SANTOS, J. V. P. et al. **Políticas de Inclusão de pessoas com deficiência no mercado de trabalho: uma análise sobre o caso de Lavras (MG).** Revista Foco, v. 8, n. 2, p. 04-15, 2016. Disponível em: <http://revistafocoadm.org/index.php/foco/article/view/173>. Acesso em: 12 ago. 2019.

FAGUNDES, T. B. **Os conceitos de professor pesquisador e professor reflexivo: perspectivas do trabalho docente.** Revista brasileira de educação, v. 21, n. 65, p. 281-298, 2016. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1413-24782016000200281&script=sci_abstract&tlng=pt. Acesso em: 17 ago. 2019.

FELICETTI, V. L. et al. **Um novo emergente na educação superior: estratégias de permanência**. Revista Amazônida: Revista do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal do Amazonas, v. 2, n. 2, p. 83-102, 2018. Disponível em: <http://www.periodicos.ufam.edu.br/amazonida/article/view/4103>. Acesso em: 3 ago. 2019.

FIALHO, R. R. et al. **O núcleo de apoio acadêmico na atenção às pcds na universidade: práticas de inclusão**. Anais do Salão de Ensino e de Extensão, p. 273, 2017. Disponível em:

https://online.unisc.br/acadnet/anais/index.php/salao_ensino_extensao/article/view/17228.

Acesso em: 11 ago. 2019.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da Autonomia: saberes necessários à prática educativa**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976.

GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. São Paulo: Atlas, 2008.

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. “**Censo Demográfico 2000/2010**”; Rio de Janeiro; RJ; 2012. Disponível em: https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/93/cd_2010_caracteristicas_populacao_domicilios.pdf. Acesso em: 2 set. 2019.

MACIEL, C. E. **Discurso de inclusão e política educacional: uma palavra, diferentes sentidos**. InterMeio: Revista do Programa de Pós-Graduação em Educação-UFMS, v. 15, n. 30, 2016.

MACIEL, C. E.; BUYTENDORP, A. A. B. M.; DE MENESES, S. Q. **Políticas de educação especial e educação superior: acesso e permanência para estudantes com deficiência em uma universidade federal**. PLURALS-Revista Multidisciplinar, v. 3, n. 3, p. 114-135, 2019.

MELO, F. R. L. V.; ARAÚJO, E. R. **Núcleos de Acessibilidade nas Universidades: reflexões a partir de uma experiência institucional**. Psicologia Escolar e Educacional, v. 22, n. spe, p. 57-66, 2018. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/pee/v22nspe/2175-3539-pee-22-spe-57.pdf>. Acesso em: 2 set. 2019.

MITTELMEIER, J. et al. **Overcoming cross-cultural group work tensions: mixed student perspectives on the role of social relationships**. HigherEducation, v. 75, n. 1, p. 149-166, 2018. Disponível em: <https://link.springer.com/article/10.1007%2Fs10734-017-0131-3>. Acesso em: 2 set. 2019.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. **Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência**. 2007. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=424-cartilha-c&category_slug=documentos-pdf&Itemid=30192. Acesso em: 8 março. 2019.

ORGANIZAÇÕES DAS NAÇÕES UNIDAS. **Declaração Mundial sobre Educação para todos (Conferência de Jomtien)**. Tailândia: Unesco, 1990. Disponível em:

<https://www.unicef.org/brazil/declaracao-mundial-sobre-educacao-para-todos-conferencia-de-jomtien-1990>. Acesso em: 2 ago. 2019.

PELBART, P. P. **Deleuze e a Educação**. In: ABRAMOWICZ, Anete; SILVÉRIO, Valter Roberto. (Org.). *Afirmando Diferenças: Montando o Quebra-Cabeça da Diversidade da Escola*. 1. ed. Campinas: Papyrus, 2010.

PIRES, L. A.; SECO, G. M. S. B.; MARTINS, G. **Apoio a estudantes com necessidades especiais no Ensino Superior: a experiência de 10 anos do GTAEDS**. 2016.

PONTE, M. A. V.; FONSECA, S. C. F.; CARVALHAL, M. I. **A universidade como espaço promotor de culturas saudáveis**. *Revista Contexto & Educação*, v. 34, n. 107, p. 288-298, 2019. Disponível

em: <https://www.revistas.unijui.edu.br/index.php/contextoeducacao/article/view/8547>. Acesso em: 2 set. 2019.

PUERTA, Z. N. **Nível de conocimiento sobre homosexualidad en estudiantes de enfermería**. Universidad Nacional Toribio Rodríguez de Mendoza de Amazonas, 2017. Disponível em: <http://repositorio.untrm.edu.pe/handle/UNTRM/1180>. Acesso em: 2 set. 2019.

RIBEIRO, A.P. et al. **Cenário da inserção de pessoas com deficiência no mercado de trabalho: revisão sistemática**. *Revista da Universidade Vale do Rio Verde*, v. 12, n. 2, p. 268-276, 2014. Disponível em: http://periodicos.unincor.br/index.php/revistaunincor/article/view/1441/pdf_208. Acesso em: 2 set. 2019.

RICOBOM, G. **A integração Latino-Americana e o diálogo intercultural: novas perspectivas a partir da Universidade**. *Cadernos da Escola de Direito*, v. 1, n. 12, 2017. Disponível em: <http://revistas.unibrasil.com.br/cadernosdireito/index.php/direito/article/view/687>. Acesso em: 1 set. 2019.

SANTOS, E. et al. **Inclusão no Ensino Superior: Percepções dos estudantes com Necessidades Educativas Especiais sobre o ingresso à universidade**. *Revista Portuguesa de Educação*, v. 28, n. 2, p. 251-270, 2015. Disponível em: <http://www.scielo.mec.pt/pdf/rpe/v28n2/v28n2a13.pdf>. Acesso em: 2 ago. 2019.

SANTOS, M. T. D. **Acesso de pessoas com deficiência no mercado de trabalho brasileiro: avanços e desafios**. *Ciências Econômicas-Unisul Virtual*, 2018. Disponível em: <https://riuni.unisul.br/bitstream/handle/12345/5493/ACESSO%20DE%20PESSOAS%20COM%20DEFICI%3%8ANCIA%20NO%20MERCADO%20DE%20TRABALHO%20BRASILEIRO%20Avan%C3%A7os%20e%20Desafios.pdf?sequence=2&isAllowed=y>. Acesso em: 4 ago. 2019.

SASSAKI, A. H. **Governança e conformidade na gestão universitária**. 2018. Tese de Doutorado. Universidade de São Paulo. Disponível em: <http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/12/12139/tde-21102016-134240/pt-br.ph>. Acesso em: 12 ago. 2019.

SCHNEIDER, T. V.; DOS SANTOS M. R. **Inclusão no ensino superior: atendimento do núcleo de inclusão e acessibilidade da Unipampa campus alegrete.** Anais do Salão Internacional de Ensino, Pesquisa e Extensão, v. 9, n. 2, 2018. Disponível em: <http://publicase.unipampa.edu.br/index.php/siepe/article/view/19601>. Acesso em: 3 set. 2019.

SOUZA, E. A.; PEREIRA, R. R. **Políticas de ações afirmativas e os desafios da universidade no século XXI.** Simpósio Nacional de Educação (9.: 2016: Frederico Westphalen, RS). Anais. Frederico Westphalen, 2016, 2016. Disponível em: <http://www.fw.uri.br/NewArquivos/pos/publicacao/68.pdf>. Acesso em: 2 ago. 2019.

SOUZA, E. M. **Universidades Promotoras de la Salud: por una salud incluyente, integral e igualitaria.** 2017. Disponível em: <http://rua.ua.es/dspace/handle/10045/66940>. Acesso em: 3 set. 2019.

TOMELIN, K. N. et al. **Educação inclusiva no ensino superior: desafios e experiências de um núcleo de apoio discente e docente.** Revista Psicopedagogia, v. 35, n. 106, p. 94-103, 2018. Disponível em: <http://pepsic.bvsalud.org/pdf/psicoped/v35n106/11.pdf>. Acesso em: 2 ago. 2019.

UNESCO. **Conferência Mundial sobre o Ensino Superior: tendências de educação superior para o século XXI.** Paris, 1998. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=4512-conferencia-paris&Itemid=30192. Acesso em: 10 ago. 2019.

YAZAN, B. et al. **Três abordagens do método de estudo de caso em educação: Yin, Merriam e Stake.** Meta: Avaliação, v. 8, n. 22, p. 149-182, 2016. Disponível em: <http://revistas.cesgranrio.org.br/index.php/metaavaliacao/article/view/1038>. Acesso em 4 ago. 2019.

ZILLOTTO, D. M.; SOUZA, D. J.; ANDRADE, F. **Quando a inclusão não se efetiva: a evasão de alunos surdos ou com deficiência auditiva no ensino superior.** Revista Educação Especial, v. 31, n. 62, p. 727-740, 2018. Disponível em: <https://periodicos.ufsm.br/educacaoespecial/article/view/28482>. Acesso em: 2 set. 2019.